



PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

PUBLIC TRANSPARENCY: opinion of the students in government course e-learning centers in Bahia and Pernambuco

Salomé Leal de Oliveira e Moura

Especialista em Gestão Pública (UNIVASF)

Contadora

Endereço: Av. José de Sá Maniçoba, Centro

56.304-205 – Petrolina/PE, Brasil

Email: sl93oliveira@gmail.com

João Eudes de Souza Calado

Mestre em Ciências Contábeis (FUCAPE)

Assistente em Administração (UNIVASF)

Endereço: Av. José de Sá Maniçoba, Centro

56.304-205 – Petrolina/PE, Brasil

Email: eudes.calado@gmail.com

RESUMO

O estudo teve como objetivo avaliar a opinião dos concluintes de um curso de Administração Pública acerca dos portais da transparência, em variáveis como acesso, motivação, eficácia das informações, importância para o controle social, entre outras. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória-descritiva com a aplicação de questionário e análise estatística das respostas. Os resultados demonstram que os participantes da pesquisa conhecem bem os portais, foram indiferentes à compreensibilidade das informações, acessam pouco, mas concordam parcialmente que os portais são relevantes para avaliar o desempenho do gestor público.

Palavras-chave: Portal da Transparência, Transparência Pública, Gestor Público.

ABSTRACT

The aim of this study consists in evaluate the opinion of the graduates of a Public Administration course about transparency portals about access, motivation, informations efficiency, importance to social control, among others. For this, it has been done a description-exploration investigation with a questionnaire and statistical analysis of responses. The results demonstrate that the research participants know the portals well, and they have acted indifferent with regard to informations comprehensibility, access little, but partially agree that the portals are relevant to evaluate the performance of the public manager.

Keywords: Transparency Portal, Public Transparency, Public Manager.

Recebido em 03.09.2018. Publicado em 26.12.2018



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

1 INTRODUÇÃO

A transparência nas informações governamentais depende de diversos fatores, seja institucional, cultura organizacional, nível de governo, entre outros; o que torna difícil conhecer o comportamento dos governantes em relação às políticas de informação (MUÑOZ, BOLÍVAR e HERNÁNDEZ, 2017).

Para Figueiredo e Santos (2013), uma administração transparente permite a participação do cidadão na gestão e no controle da administração pública e, para que essa possibilidade se torne realidade, é essencial que ele tenha capacidade de conhecer e compreender as informações divulgadas.

Com o avanço da tecnologia tornou-se cada vez mais possível o acesso à informação por parte das pessoas, sendo a Internet uma ferramenta importante nesse processo de interação entre o governo e o cidadão. Nesse sentido, canais institucionais de participação popular foram criados, como exemplo, o Portal da Transparência da União em 2004, com o propósito de ampliar a transparência da gestão pública e fortalecer a participação social na fiscalização dos recursos federais (BRASIL, 2018).

Os portais da transparência propiciam o acesso à informação pública especialmente no que se refere aos gastos públicos (RIBEIRO, 2009). Todavia, a literatura brasileira e internacional tem destacado o descaso dos governantes numa questão tão relevante para o controle social, seja no descumprimento a normativos legais, seja na preocupação maior voltada para autopromoção da gestão (MATOS *et al.* 2013; SÁ 2014; ZHENG e ZHENG, 2014; GANDÍA, MARRAHÍ e HUGUET, 2016).

Ljungholm (2015) argumenta que a aplicação de procedimentos de transparência no setor público aumentam a confiança na diminuição da corrupção e também a satisfação dos cidadãos com os serviços públicos.

Considerando a aptidão necessária ao Administrador Público de promover o estreitamento das relações entre o governo e a sociedade, a presente pesquisa buscou responder à seguinte indagação: Qual a opinião dos concluintes do curso superior de Administração Pública acerca dos Portais da Transparência no Brasil?

O objetivo da pesquisa é identificar a opinião dos futuros administradores públicos sobre variáveis relacionadas aos portais da transparência, como acesso, compreensibilidade das informações, motivação para o acesso, importância do mecanismo, entre outras.

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

A pesquisa é relevante por apresentar a percepção de potenciais gestores públicos acerca dos Portais da Transparência Pública. Essa percepção corresponde à opinião de formandos do Bacharelado em Administração Pública, ofertado na modalidade de Educação a Distância (EAD) por uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), em seis polos de formação distribuídos nos estados da Bahia e Pernambuco. Assim, nota-se a abrangência e importância da formação dos profissionais em Administração Pública competentes para o atendimento às demandas da sociedade em diversas localidades de dois importantes estados do nordeste brasileiro.

O estudo se justifica na medida em que traz a opinião de futuros profissionais que tem dentre suas atribuições elaborar parecer, realizar auditoria, aproximar as ações de governo da sociedade civil num cenário em que a literatura tem demonstrado a baixa transparência do que é divulgado nos Portais da Transparência.

O artigo, além desta introdução, apresenta em sua estrutura a Seção 2 com o referencial conceitual, abordando a transparência e o acesso à informação pública, o que dizem as pesquisas sobre os portais, e a formação do administrador público. Em seguida, na Seção 3, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados. A Seção 4 traz as análises dos resultados e, por último, a Seção 5 destaca as considerações finais sobre os principais achados e contribuições da pesquisa.

2 REFERENCIAL CONCEITUAL**2.1 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA**

A transparência pública consiste em traduzir ou demonstrar ao cidadão os benefícios e os resultados produzidos por determinada ação ou atividade governamental (EVANGELISTA, 2010).

Campos, Paiva e Gomes (2013) destacam que a transparência é composta principalmente pelo princípio da publicidade, uma vez que aponta para a visibilidade da atuação administrativa, inspirando a produção de regras, procedimentos e leis.

Nesse sentido, as Leis 101/2000 e 131/2009, respectivamente, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei da Transparência originaram um novo conceito de transparência, mesclando as facilidades trazidas pelos meios de comunicação à necessidade da divulgação de que forma são usados os recursos públicos (MATOS *et al.*, 2013).

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

O acesso às informações públicas garante à população o conhecimento sobre assuntos impactantes que podem afetar, direta ou indiretamente, a qualidade de vida das pessoas, de modo que os cidadãos podem influenciar na tomada de decisão (SANTOS, 2014).

Acerca do acesso às informações, já na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso XXXIII é estabelecido que:

“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 1988).

Na Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação-LAI, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, o acesso à informação é a regra, enquanto que o sigilo é a exceção (BRASIL, 2012).

Todavia, Cruz *et al.* (2011) ressaltam que dar publicidade não significa, necessariamente, ser transparente. É preciso que as informações disponibilizadas sejam capazes de comunicar o real sentido que expressam, de modo a não parecerem enganosas.

Por outro lado, o estudo de Calado e Teixeira (2016) com a opinião de profissionais que divulgam as Demonstrações Contábeis nos Estados e Capitais brasileiras apontou baixa compreensão pelos usuários externos das informações divulgadas.

Portanto, é importante capacitar o cidadão para o exercício do controle social e assim, poder usufruir dos instrumentos de transparência disponíveis para a sua consulta. Figueiredo e Santos (2013), defendem que para uma maior participação da sociedade é necessário ensinar crianças e jovens sobre a importância da transparência pública.

Como se observa, a transparência e o acesso às informações, por si só, não são suficientes. É necessário educar a população para o controle social, promover o interesse dos cidadãos pelo acompanhamento da execução dos recursos públicos, controle de gastos, a eficiência e efetividade na aplicação desses recursos.

2.2 PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

No intuito de se ter um controle maior nas contas públicas e que houvesse uma maior participação do cidadão na fiscalização do gasto do erário público, criou-se em novembro de 2004, pela Controladoria-Geral da União (CGU), o Portal da

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

Transparência, tendo como objetivo garantir e ampliar a transparência da gestão pública (BRASIL, 2018).

O Portal da Transparência é uma página do Portal Oficial do Órgão Público nas três esferas do poder público, a qual é destinada a divulgar informações dos atos administrativos da Administração Pública. São dados sobre a execução orçamentária, bem como informações sobre desembolsos financeiros com os diversos fornecedores (SÁ, 2014).

Porém, sem regulamentação, por anos, os órgãos públicos não tiveram a obrigatoriedade de veicular as informações eletronicamente. Somente, em 2009 foi promulgada a Lei Complementar 131, em vigor a partir de maio de 2010, a qual determina a disponibilização em tempo real de informações pormenorizadas sobre a execução financeira e orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (CAMPOS, PAIVA E GOMES, 2013).

Acerca da divulgação de informações públicas, no Brasil a literatura se concentra nos entes federativos municipais e modelos de transparência a partir de *web sites* e relatórios fiscais, enquanto a literatura internacional é mais ampla, abordando diferentes entidades, variados instrumentos de evidenciação, entre outros (BAIRRAL, SILVA e ALVES, 2015).

Madhani (2014) avaliou as mudanças na divulgação de informações públicas pelo governo da Índia e comparou com as informações no setor privado, os resultados não revelaram diferenças significativas na governança corporativa e nas práticas de divulgação.

Na China, Zheng e Zheng (2014) analisaram quantidade, conteúdo, usuários, pontualidade, linguagem, entre outros dados das informações públicas nas mídias sociais, concluindo que as divulgações são mais autopromoção do que a prestação de serviços à população. Gandía, Marrahí e Huguet (2016) observaram a mesma situação em páginas de prefeituras espanholas, nas quais as informações são gerais, focadas em questões promocionais e pouca divulgação sobre a administração.

Numa meta-análise comparando resultados de pesquisas sobre os fatores que favorecem a divulgação de informações financeiras públicas on-line ou impressas, foi verificado que a riqueza municipal e a maior renda per capita da população favorecem a uma maior transparência das informações por meio digital (MUÑOZ, BOLÍVAR e HERNÁNDEZ, 2017).

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

No Brasil, Cruz *et al.* (2012) utilizaram um modelo de investigação denominado Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGPM) e chegaram à conclusão que as evidências empíricas apontam para baixos níveis de transparência, considerados incompatíveis com o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Na mesma linha, o estudo de Matos *et al.* (2013), revelou que os 30 municípios mais populosos da Região Nordeste do Brasil não estão cumprindo as exigências da Lei da Transparência em relação às informações disponibilizadas em seus portais.

O Portal da Transparência, apesar de ser considerada uma ferramenta eficaz para a transparência pública, precisa se aperfeiçoar para se tornar mais efetivo, melhorar a disponibilização e compreensão das informações, o layout e mecanismos de busca (FREIRE & BATISTA, 2016). Não bastassem as falhas no processo de divulgação das informações, Campos, Paiva e Gomes (2013) constataram que a transparência tem sido tratada como uma questão de menor importância pela gestão pública.

Considerando o que a literatura tem destacado acerca dos portais de informações do setor público, seja no Brasil ou exterior, é de se perceber a necessidade de uma participação mais efetiva da sociedade, avaliando as ações dos gestores, exigindo profissionais competentes e efetivamente comprometidos com a gestão pública responsável, cumprindo as leis e divulgando informações com qualidade.

2.3 FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO EAD

O curso dos participantes desta pesquisa faz parte do Programa Nacional de Formação em Administração Pública no Âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Para integralização curricular, a duração do curso é de no mínimo 8 e máximo de 10 semestres. Nesse programa, os estudantes ingressam no curso de Bacharelado em Administração Pública por meio de processo seletivo específico para graduação na modalidade EAD.

A concepção do Bacharelado em Administração Pública está voltada para capacitação de profissionais capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, com ética e buscando o desenvolvimento das instituições governamentais para o atendimento às necessidades e desenvolvimento da sociedade (SEAD, 2013).

Dentre as aptidões do egresso em Administração pública estão:

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil; (SEAD, 2013, p.21).

VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas; (SEAD, 2013, p.21).

XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas. (SEAD, 2013, p.22).

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso, o objetivo geral do curso é formar profissionais com amplo conhecimento para atuarem no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não governamentais com vistas à transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país (SEAD, 2013).

A organização curricular contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os Cursos de Administração:

- I. Conteúdos de Formação Básica;
- II. Conteúdos de Formação Profissional;
- III. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias;
- IV. Conteúdos de Formação Complementar.

Nos conteúdos da Matriz Curricular se observa a abordagem à Transparência, ao Controle Social, aos Controles da Administração Pública, a Fiscalização Orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado, entre outras, com especial destaque à disciplina Auditoria e Controladoria.

3 METODOLOGIA

Considerando o objetivo proposto para a pesquisa, o estudo pode ser classificado como exploratório e descritivo, pois se concentra em algo que precisa ser esclarecido (a

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco (opinião dos formandos) e na descrição das características dessa população (DIEHL E TATIM, 2004).

A abordagem da pesquisa é predominantemente quantitativa, visto que para análise e interpretação dos dados foram empregadas técnicas estatísticas como porcentagem, médias, variância e desvio-padrão (RODRIGUES, 2006).

Quanto aos procedimentos, inicialmente, procedeu-se a pesquisa bibliográfica, a partir das consultas em materiais já elaborados, constituída principalmente de artigos científicos. Posteriormente, foi realizada pesquisa de levantamento de dados para uma exposição numérica das opiniões dos concluintes, analisando uma amostra dos formandos (CRESWELL, 2007).

Para coleta de dados, foi enviado questionário a cada aluno concluinte do Bacharelado em Administração Pública via *on line*, por meio do *google docs*¹ entre os dias 13 e 28 de abril de 2018, aproveitando a oportunidade dos preparativos para a colação de grau dos bacharelados.

O questionário foi dividido em duas partes, a primeira composta por questões para identificar o perfil dos respondentes e a segunda com questões fechadas sobre variáveis relacionadas aos Portais da Transparência como acesso, compreensibilidade das informações, motivação, importância para avaliação da gestão, entre outras. As questões foram estruturadas em escala Likert de cinco pontos e âncoras verbais que vão de “Discordo Totalmente (1)” até “Concordo Totalmente (5)”.

Para as análises dos resultados foram tabulados os dados reportados pelos questionários em planilhas do *MS-Office Excel*², a partir do qual foram extraídas médias para apresentação das informações do perfil dos respondentes. Já em relação à análise das variáveis sobre os Portais da Transparência foram extraído médias, variância e o desvio padrão o que permitiu a verificação da frequência e tamanho de dispersão dos dados reportados.

O Bacharelado em Administração Pública da IFES analisada tem como público-alvo o egresso do Ensino Médio que residam nas regiões cobertas pelos Polos de Apoio Presencial dos municípios de Juazeiro e Capim Grosso no Estado da Bahia, e Petrolina, Salgueiro, Ouricuri e Trindade no Estado de Pernambuco. Dos 38 alunos aptos à

¹ <https://gsuite.google.com/intl/pt-br/products/docs/>

² <https://products.office.com/pt-br/excel>

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco
 colação de grau, a amostra por acessibilidade é composta por 34 alunos prontos a se formarem no semestre 2017.2.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Inicialmente, a sequência de Tabelas de 1 a 7 apresentam os dados obtidos relacionados ao perfil dos concluintes do Bacharelado em Administração Pública.

A Tabela 1 demonstra o resultado dos concluintes por gênero, notou-se quase um equilíbrio entre as 18 mulheres e os 16 homens, representando percentualmente como 53% sendo do sexo feminino e 47% masculino.

Tabela 1- Respondentes por gênero

	Masculino	Feminino	Total
Frequência	16	18	34
%	47%	53%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa 2018

Na Tabela 2, a qual analisa a faixa etária dos respondentes, a principal observação que se faz é que a grande maioria dos concluintes tem idade acima dos 30 anos, representados por 91% da amostra, enquanto apenas 9% têm entre 21 e 30 anos.

Tabela 2 - Faixa etária dos respondentes

Anos	Frequência	%
Até 20	0	0%
21 a 30	3	9%
31 a 40	19	56%
41 a 50	11	32%
Acima de 51	1	3%
Total	34	100%

Fonte: Dados da Pesquisa 2018

Em relação à formação acadêmica, a Tabela 3 demonstrou que dos primeiros formandos, a grande maioria são graduados, representados por 79% da amostra, inclusive, 1 (um) dos respondentes, ou seja, 3%, possui Doutorado. Nesta questão pode ter ocorrido uma falha da aplicação do questionário, pois considerando que o público-alvo do curso seja o egresso do ensino médio, os respondentes podem ter informado a graduação antes da colação de grau. Por outro lado, apesar do público-alvo do curso ser o egresso do ensino médio, o Edital do processo de seleção não impedia que candidatos já graduados pudessem concorrer.

Tabela 3 - Formação Acadêmica dos respondentes

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

	Ensino Médio	Graduação	Especialista	Mestrado	Doutorado	Outros	Total
Frequência	3	27	3	0	1	0	34
%	9%	79%	9%	0%	3%	0%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa 2018

A Área de Formação também foi questionada, os entrevistados atuam em sua grande maioria em áreas das Ciências Humanas e Sociais, representando juntamente 79% da amostra, 41% e 38% respectivamente, seguidos por 12% que informaram atuar na área de Ciências Exatas (Tabela 4).

Tabela 4 - Área de Formação

Área de formação	Frequência	%
Ciências Humanas	14	41%
Ciências Sociais	13	38%
Ciências Exatas	4	12%
Ciências da Saúde	0	0%
Nenhuma	3	9%
Total	34	100%

Fonte: Dados da Pesquisa 2018

A Tabela 5 aborda a ocupação dos respondentes, a maioria dos pesquisados é servidor público, no total de 19, correspondendo a 56% da amostra, 10 são funcionários de empresas privadas, representando 29%, e 9% não trabalham.

Tabela 5 – Ocupação

Área da ocupação	Frequência	%
Servidor público (a)	19	56%
Funcionário em empresa privada	10	29%
Empresário (a)	0	0%
Autônomo (a)	2	6%
Não trabalha	3	9%
Total	34	100%

Fonte: Dados da Pesquisa 2018

A Tabela 6 confirma o público alvo da pesquisa, ou seja, todos os 34 respondentes já concluíram o curso.

Tabela 6 - Período do Curso

	Concluído	Outros Períodos	Total
Frequência	34	0	34
%	100%	0%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa 2018

Na Tabela 7 constam os Polos de Apoio Presencial, o total de alunos aptos à colação de grau e o total de participantes na pesquisa. O polo com o maior número de formandos e participantes na pesquisa foi o de Juazeiro/BA, 32% da amostra. O polo de

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

Capim Grosso/BA, 20%, e, na sequência, Ouricuri, Petrolina, Salgueiro e Trindade, todos de Pernambuco, com 18%, 15%, 12% e 3% dos participantes, respectivamente.

Tabela 7 - Polo de Apoio

Polo	Aptos à colação (população)	Respondentes (amostra)	% da amostra
Capim Grosso/BA	8	7	20%
Juazeiro/BA	11	11	32%
Ouricuri/PE	7	6	18%
Petrolina/PE	6	5	15%
Salgueiro/PE	4	4	12%
Trindade/PE	2	1	3%
Total	38	34	100%

Fonte: Dados da Pesquisa 2018

4.2 ESTATÍSTICAS DAS VARIÁVEIS RELACIONADAS AOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA.

A segunda etapa das análises consta das variáveis relacionadas aos Portais da Transparência. Ao todo, foram realizados vinte e sete (27) questionamentos, organizados em quatro (4) blocos de cinco (5) perguntas sobre cada uma das variáveis observadas neste estudo (Tabela 8).

Tabela 08 - Estatística das variáveis relacionadas aos Portais da Transparência

Variáveis	Média	Variância	Desvio Padrão
1. Já ouviu falar sobre Portal da Transparência (PT)?	4,618	0,668	0,817
2.1 De que forma tomou conhecimento, na escola?	2,706	2,846	1,687
2.2 De que forma tomou conhecimento, na universidade?	4,607	0,544	0,737
2.3 De que forma tomou conhecimento, no trabalho?	4,000	2,111	1,453
2.4 De que forma tomou conhecimento, na Internet?	4,640	0,490	0,700
2.5 De que forma tomou conhecimento, revistas, jornais, outros?	3,619	1,948	1,396
3. Acessa algum Portal da Transparência?	4,206	1,320	1,149
4.1 Com que frequência acessa algum PT, todos os dias?	1,353	0,618	0,786
4.2 Com que frequência acessa algum PT, uma vez por semana?	2,353	2,618	1,618
4.3 Com que frequência acessa algum PT, a cada 15 dias?	3,333	2,118	1,455
4.4 Com que frequência acessa algum PT, uma vez por mês?	3,500	2,185	1,478
4.5 Com que frequência acessa algum PT, nunca acessam?	1,900	2,621	1,619
5. As informações verificadas no (os) Portal (is) são de fácil compreensão?	3,529	1,045	1,022

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

6. As informações verificadas no (os) Portal (is) são de difícil compreensão?	3,324	1,074	1,036
7.1 Por qual motivo acessa o PT, orientação acadêmica?	3,941	2,057	1,434
7.2 Por qual motivo acessa o PT, curiosidade em conhecer?	4,029	1,181	1,087
7.3 Por qual motivo acessa o PT, participar no Controle Social?	4,029	0,817	0,904
7.4 Por qual motivo acessa o Portal da Transparência, trabalha com isto?	2,235	2,488	1,577
7.5 Nunca acesso	1,382	1,334	1,155
8. A forma como as informações são repassadas no Portal da Transparência, você acha que auxiliam na execução do trabalho do Administrador Público junto à sociedade?	3,971	0,635	0,797
9.1 É importante o entendimento do PT por ser dele a responsabilidade p/informação	4,176	1,180	1,086
9.2 É importante o entendimento do PT devido a exigência legal a divulgação das informações.	4,353	1,084	1,041
9.3 É importante pela segurança quando no exercício da profissão.	4,294	1,305	1,142
9.4 Para que possa repassar de forma clara para uma boa compreensão da sociedade.	4,618	0,607	0,779
9.5 Não acho que seja importante	1,382	1,334	1,155
10. Conforme sua percepção, o Portal de Transparência é um sistema de Controle Social eficaz?	3,912	0,689	0,830
11. Concorda que as informações repassadas pelos Portais da Transparência podem ser um instrumento de proteção aos Administradores Públicos?	4,147	0,917	0,958

Fonte: Dados da Pesquisa 2018

* PT = Portal da Transparência

Analisando inicialmente da variável 1 até 2.5, é possível observar que os respondentes têm conhecimento da existência dos Portais e que este se deu principalmente na universidade e pela internet, isto, considerando que essas duas variáveis apresentaram as maiores médias e reduzidas variância e desvio-padrão.

Nas questões do “acesso” e “frequência de acesso” abordados entre as variáveis 3 até a 4.5, verificou-se que apesar do acesso, a frequência ficou distribuída em médias não tão elevadas e com variância significativa em todos os itens. O que ficou claro é que a maioria não acessa diariamente portais da transparência.

Nas variáveis relacionadas à compreensibilidade (5 e 6), os dados reportados demonstraram neutralidade nas respostas, pois, tanto as médias, como as variâncias e desvio-padrão apresentaram valores aproximados uns dos outros.

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

Nos itens “motivação” (variáveis 7.1 a 7.4), a principal observação é de que seja para participação no Controle Social, seguido da curiosidade em conhecer os Portais acessados, ambos apresentam as maiores médias e menores variâncias e desvio-padrão.

A média para “nunca acesso” (variável 7.5), demonstrou que a grande maioria dos respondentes discordaram de que nunca tenham acessado algum PT.

O item “Forma como as informações repassadas nos portais auxiliam na execução do trabalho do administrador junto à sociedade” (variável 8) se apresentou com concordância parcial e baixa variância e desvio-padrão.

Sobre a “Importância dos Portais” (variáveis 9.1 a 9.5), todas as questões foram relevantes, com destaque para a “necessidade em repassar informações claras para a compreensão da sociedade”.

A variável 9 (Portais da Transparência como um sistema de controle social eficaz), apresentou concordância parcial pelos respondentes. Do mesmo modo, o “Portal como instrumento de proteção aos Administradores Públicos” (variável 10), porém, a variância e o desvio-padrão deste último foram maiores em relação ao item anterior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou identificar a opinião dos 34 formandos de um curso superior de Administração Pública acerca dos Portais da Transparência, tendo como referência as variáveis, frequência de acesso, compreensibilidade das informações, motivação para consultas, instrumento de proteção às ações dos Administradores Públicos, importância dos Portais da Transparência e eficácia para o Controle Social.

Os resultados apontam que os participantes da pesquisa têm conhecimento dos portais, conhecimento este adquirido, principalmente, na universidade ou por meio da internet acessam os portais, porém, não com frequência.

A motivação, por parte dos futuros administradores públicos, em acessar os portais da transparência é, primeiramente, contribuir com o controle social e depois por questões de curiosidade, todavia, se mostraram indiferentes à questão da compreensibilidade das informações contidas nos portais, variável esta bastante criticada na literatura.

Desse modo, só reforça, a responsabilidade que terão, enquanto Administradores Públicos, em relação à divulgação das ações governamentais, isto, porque a principal

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

importância dos portais é realmente passar informações claras para que sejam compreendidas pela sociedade. E, também, por considerar que os formandos percebem parcialmente os portais como sistema de controle eficaz e como um instrumento de proteção ao seu desempenho como gestores públicos.

Considerando a importância do estudo para uma área de relevância social que é a Administração Pública e sabendo que os resultados correspondem, apenas, a uma amostra e, assim, não podem ser generalizados, sugere-se para futuras pesquisas: Estender o questionário aos novos formandos de cursos de graduação e pós-graduação na área de Administração Pública a fim de comparar resultados; Identificar a neutralidade dos dados reportados para a questão compreensibilidade; Realizar pesquisas qualitativas para identificar sugestões de Administradores Públicos que possam contribuir na construção dos Portais da Transparência.

REFERÊNCIAS

BAIRRAL, M. A. C.; SILVA, A. H. C.; ALVES, F. J. S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública**. v.49 n.3, maio/jun. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao > Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. **Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição**.

_____. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. **Portal da Transparência do Governo Federal**, 2018. Disponível em: < <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/portal-da-transparencia> > Acesso, em 26 abr. 2018.

CALADO, J. E. S.; TEIXEIRA, A. M. C. Demonstrações contábeis no setor público brasileiro: a percepção dos profissionais que elaboram as informações. **Contabilidade, Gestão e Governança** – Brasília, v.19, n.3, p.485-503, set./dez. 2016.

CAMPOS, R.; PAIVA, D.; GOMES, S. Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, v.28, n.2, mai./ago. 2013.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, C.de S.; MACEDO, M. A. da S.; SILVA, L. M. da; **Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos**

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v.46, n.1, jan./fev. 2012.

DIEHL, Astor Antonio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle versus Transparência Pública: uma questão de cidadania**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Orçamento Público) – Instituto Serzedello Corrêa - Tribunal de Contas da União, Brasil (2010).

FIGUEIREDO, V. S.; SANTOS, W. J. L. Transparência e controle social na administração pública. **Temas de Administração Pública**, v.8, n.1, 2013.

FREIRE, F. R.; BATISTA, C. M. Como o cidadão avalia o Portal? Um estudo com os usuários do Portal da Transparência do Governo Federal. **Revista da Controladoria-Geral da União**, v. 8, n. 13, 2016.

GANDÍA, J. L.; MARRAHÍ, L.; HUGUET, D. Digital transparency and Web 2.0 in Spanish city councils. **Government Information Quarterly**. v. 33 (2016) 28–39.

LJUNGHOLM, D. P. The impact of transparency in enhancing public sector performance. **Contemporary Readings in Law and Social Justice**. Volume 7 (1), 2015, pp.172-178.

MADHANI, P. M., Corporate Governance and Disclosure: Public Sector vs Private Sector (2014). **SCMS Journal of Indian Management**, Vol. 11, No. 1, pp. 5-20, January-March 2014. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2422224>

MATOS, N. B.; SILVA, J. D. G.; SILVA, M. C.; SOUZA, L. M. Avaliação de Portais De Transparência dos 30 municípios mais populosos da Região Nordeste. **Registro Contábil**. v. 4, n. 2, 2013.

MUÑOZ, L. A.; BOLÍVAR, M. P. R.; HERNÁNDEZ, A. M. L. Transparency in Governments: A Meta-Analytic Review of Incentives for Digital Versus Hard-Copy Public Financial Disclosures. **American Review of Public Administration**, 2017, Vol. 47(5) 550–573.

RIBEIRO, M. M.; Usando a internet para a promoção da transparência: os portais na América Latina. **XIV Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Salvador, BA, Brasil. Oct. 2009.

RODRIGUES, A. J. **Metodologia Científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SÁ, Renata Yamamoto Giovani. **A importância do portal da transparência na administração pública**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, 2014.

SANTOS, Noemi de Freitas. **O Dever de Transparência Ativa do Estado e o acesso as Informações Públicas: Uma Análise dos sites do Poder Judiciário Brasileiro como instrumentos de Gestão Fiscal**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS, 2014.

PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA: a opinião dos concluintes do curso de administração pública de polos de educação a distância da Bahia e Pernambuco

SEAD – Secretaria de Educação a Distância. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração Pública modalidade à distância – PPC** da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Petrolina, 2013. Disponível em: <http://www.sead.univasf.edu.br/administrador/arquivos/BACHARELADO%20EM%20ADM%20PUBLICA_PCC.pdf>. Acesso em, 21 abr. 2018.

ZHENG L.; ZHENG, T. Innovation through social media in the public sector: Information and interactions. **Government Information Quarterly**. v. 31, s1, (2014), 106–117.